



ENTRADA Nº	DATA	REQUERIMENTO	PROCESSO
O FUNCIONÁRIO:			

HABITAÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE FOGO SOCIAL

EXMO. SR. PRESIDENTE

Nome _____
BI / CC _____ NIF / NIPC _____
Morada _____ Porta _____
Código Postal _____ - _____ Freguesia _____ Concelho _____
TLF / TLM _____ Email _____

- Representado por _____ na qualidade de procurador.
 Declaro que pretendo ser notificado no endereço de email fornecido, exceto nos casos em que a lei obrigue a outro tipo de notificação (ao assinalar esta opção, todas as notificações subsequentes serão efetuadas por correio eletrónico).

OBJETO DO REQUERIMENTO

Vem requerer a V. Ex.^a a concessão de uma habitação social, e esclarece ainda que a necessidade advém do facto de:

COMPOSIÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR

Nome	Data de nascimento	Parentesco	Profissão	Vencimento/ pensão (€)

CONFIRMAÇÃO DA JUNTA DE FREGUESIA

O agregado familiar supra mencionado é composto por _____ pessoas e reside nesta freguesia há pelo menos três anos.

O Presidente da junta de freguesia,

Data _____ Ass _____

Pede deferimento,

O requerente,

Data _____ Ass _____



ENTRADA Nº	DATA	REQUERIMENTO	PROCESSO
O FUNCIONÁRIO:			

DOCUMENTOS A ANEXAR

- C. Cidadão ou B. Identidade / C. Contribuinte e NISS de todos os membros do agregado familiar
- Procuração (se a petição for subscrita por procurador)
- Cópia do título de autorização de residência de todos os membros do agregado familiar, caso se aplique
- Fotocópia da Declaração de IRS e nota de liquidação relativa ao ano civil anterior ou certidão do Serviço de Finanças comprovando a não entrega de declaração de rendimento de todos os membros do agregado familiar. Caso os rendimentos declarados no IRS se reportem a um período inferior a 12 meses, deverá ser apresentado comprovativo dessa situação
- Listagem de bens patrimoniais móveis e imóveis de todos os elementos do agregado familiar emitido pelo Serviço de Finanças
- Documentos comprovativos de todos os rendimentos auferidos por todos os membros do agregado familiar
- Comprovativo de inscrição no Centro de Emprego e declaração da Segurança Social com o montante da prestação mensal, indicando o início e termo do subsídio, em caso de desemprego
- Atestado médico de incapacidade – Multiuso, emitido pelo Ministério da Saúde, se for o caso
- Atestado da Junta de freguesia que comprove a composição do agregado familiar e a residência há mais de 3 anos no concelho
- Fotocópia do documento comprovativo da regulação do exercício das responsabilidades parentais ou outro documento legitimador em caso de menores sob tutela judicial, confiado judicial ou administrativamente por entidade ou serviço legalmente competente para o efeito
- Documento comprovativo da situação de estudante para os elementos do agregado familiar com idade superior aos 18 anos, emitido pelo estabelecimento de ensino
- Documentos comprovativos de encargos assumidos por todos os elementos do agregado familiar, tais como, empréstimos bancários, arrendamentos, entre outros
- Nas situações de vítimas de violência doméstica, deverá ser apresentado o respetivo comprovativo